

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



A GUERRA

VOLUME 30, 2009

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## SEPTÍMIO SEVERO E AS ATIVIDADES MILITARES CONTRA OS PARTOS: MEMORIA, PODER E IDENTIDADE

Muito se tem discutido a respeito da relação dos primeiros Severos com os soldados e as empreitadas militares. A maior parte da historiografia, já há muito tempo, toma por base a famosa frase encontrada na *Historia Romana* de Dion Cássio, atribuída a Septímio em seu leito de morte, em Eburacum, em 211 d.C, na qual ele aconselha como seus filhos e herdeiros, Geta e Caracala, deveriam se comportar como Príncipes após sua morte: "Vivam em harmonia, enriqueçam as tropas e esqueçam todo o resto" (Dion Cássio, *Historia Romana*, LXVI.15.2).

Para C. Forquet de Dome, que escreveu sua obra em 1905, por exemplo, era fundamental e imprescindível manter o Império sob a força das armas, principalmente a partir dos primeiros Severos, porque havia a necessidade de manter a extensão imensa do Império, evitar revoltas dos povos conquistados e impedir incursões bárbaras (Fourquet de Dome, 1970:1-165). Outros autores que compartilham esta concepção militarista, e de certa forma a fundaram, são Edward Gibbon, em sua obra *História da Decadência e Queda do Império*, cuja primeira edição data do início do século XIX, que identificou Septímio como o principal autor do declínio \*

\* Professora Adjunta de História Antiga e Medieval na Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora em História Económica pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista Produtividade do CNPq - Brasil.

do Império<sup>(1)</sup>, devido ao processo de militarização e barbarização que teria sido empreendido por este governante (Gibbon, 1989: 102-103), e Maurice Platnauer, que, numa obra publicada em 1918, intitulada *The Life and Reign of the Emperor Lucius Septimius Severus*, defendeu que Septímio fundou sua dinastia apoiando seu poder pessoal somente no exército, formando uma autocracia militar e destruindo totalmente a tradição dos Antoninos (Platnauer, 1918:196).

Também Adolph de Ceuleneer, em sua obra *Essai sur la Vie et le Règne de Septime Sévère*, de 1874, afirmou que:

"Ele (Septímio Severo) sabia que o Império não tinha outro sustentáculo que as espadas dos soldados. Ele quis fazer de suas tropas as defensoras da dinastia, as responsáveis pela hereditariedade imperial. [...] Grave inseqüência de sua política: baseando todas as suas esperanças no poder militar, ele devia - e podia - ter tornado este poder o mais forte possível, mas ele preferiu fazer os soldados amarem as riquezas e levarem uma vida desregada. Ele corrompeu o exército, distribuindo benesses jamais vistas; ele o corrompeu se mostrando muito afável ao seu olhar e cobrindo os legionários de privilégios. A corrupção, a insolência e a devassidão dos soldados foram as principais causas da queda do poder romano. Todo o segredo da política de Severo se acha nas palavras que ele endereçou a seus filhos em seu leito de morte: Enriqueça os soldados, e não dê nenhum olhar para o resto" (Ceuleneer, 1874:153).

Esta concepção se manteve viva por intermédio de outras obras. No livro de Arther Ferrill, mais uma vez é a famosa frase presente na obra dionea que é usada para basear a afirmação de que, no período severiano, a proeminência total era dos militares e que estes garantiam a permanência dos soberanos no poder (Ferrill, 1989:28). A mesma frase reaparece na argumentação de Eric Birley, na obra *The Roman Army*, junto com uma passagem de Herodiano, na qual este autor defende que Septímio foi o responsável pela corrupção do exército, devido ao

<sup>(1)</sup> "Os contemporâneos de Severo, devido à tranqüilidade e à glória de seu reino, perdoaram sua crueldade, que o conduziu ao trono, mas os posteriores que provaram os efeitos funestos de suas máximas e de seus exemplos justamente o consideraram como o principal autor da decadência do império Romano" (Gibbon, 1989:188).

aumento dos salários e dos donativos (Herodiano, *Historia do Império Romano após Marco Aurélio*, III. 8.4). Birley conclui que a preponderância do elemento militar se deu porque Septímio procurou aumentar as atividades administrativas e econômicas dos soldados, buscando excluir os elementos senatoriais do poder (Birley, 1988: 21-36). Esta é a mesma opinião apresentada por R. Bloch e J. Cousin, que defendem que a autoridade do Senado se tornou quase fictícia no período severiano e que o poder do exército tinha se tornado temível (Bloch / Cousin, 1967: 249). São posturas que buscam explicar o poder que é dado à força militar pelo decréscimo do poder dos senadores.

Na obra de André Piganiol, o autor diz que Septímio Severo era um africano que não tinha nenhum patriotismo romano e que representou a vingança de Aníbal, ajudando a destruir o Império (Piganiol, 1949:396): "Os Antoninos se mantiveram unidos à classe senatorial e consideraram os senadores seus delegados. Os Severos, ao contrário, insistiram sobre o caráter militar de seu poder" (Piganiol, 1949: 399-400).

Interessante notar que esta concepção de Septímio como o responsável pela "Revanche de Aníbal" reaparece numa obra de 1989, de Joel Le Gall e Marcel Le Glay, *L'Empire Romain*, na qual Septímio aparece caracterizado como o Imperador-Soldado por excelência (Le Gall / Le Glay, 1989: 556) e a famosa frase *dionea*, dita por Septímio no leito de morte, é novamente utilizada para justificar esta caracterização (*ibidem*, p. 575).

Emilio Gabba, em sua obra sobre o exército romano, defende que os vínculos severianos com o exército foram gerados por causa da necessidade de garantir os interesses sucessórios, ou seja, a política militar de Severo estava largamente dominada pelos interesses dinásticos, visando passar aos filhos o comando imperial. Como os senadores preferiam a adoção, ao estilo dos Antoninos, no momento da sucessão, Septímio teria se baseado na força das legiões para garantir o governo para seus filhos (Gabba, 1974: 53).

Já para Michael Grant, deve-se entender a militarização severiana pela necessidade de se multiplicar as tropas na Península Itálica, pois Septímio entendia que "tudo dependia do exército". Ele transformou o exército na mais atrativa carreira e criou uma nova aristocracia militar, no lugar da antiga aristocracia senatorial civil (Grant, 1974: 258-259). Esta noção de aristocracia militar também aparece na obra *The Climax of Rome*, de 1968, na qual defende que o período severiano é o clímax do



exército romano (Grant, 1997: 35), mas ao longo do livro já se percebe a preocupação do autor em determinar outras fontes de poder para o Imperador além do exército, citando inclusive a apropriação de alguns elementos de propaganda vindos dos Antoninos (Grant, 1997: 91)<sup>(2)</sup>. Esta preocupação se manteve em sua obra *The Severans: The Changed Roman Empire*, publicada em 1996, na qual Grant, apesar de continuar usando a conceituação de Monarquia Militar (Grant, 1996:34-38), também ressalta a importância das leis, das mulheres, da concepção de família e das obras públicas executadas pelos Severos (Grant, 1996: 45-73)<sup>(3)</sup>.

Contudo, parece-nos imprescindível compreender melhor o real poder do exército no período severiano, principalmente no que concerne à ascensão, manutenção e legitimação dos soberanos no comando imperial, pois nenhum dos Imperadores desde Augusto deixou de buscar o apoio do segmento militar. Como ironizam Le Gall e Le Glay, Septímio devia seu governo ao exército, mas ele não era o primeiro (Le Gall / Le Glay, 1989: 556)!

Desde a ascensão de Otávio, os Imperadores não descuidaram de contar sempre com o apoio de um braço armado. Como coloca Le Roux, o apoio do Senado tornou-se complementar àquele dado pelas tropas, enquanto no passado era o contrário. Sabendo que tem ao seu lado o apoio dos soldados, que sempre podem optar por um novo líder/ / patrono, a partir das benesses que lhes são prometidas, o governante acabava procurando garantir também a simpatia de alguns senadores, de membros das elites provinciais e da plebe urbana de Roma (Le Roux, 1987: 45)<sup>(4)</sup>.

<sup>(2)</sup> Nesta obra também é interessante notar que, ao invés de responsável pela "decadência" do Império, o governo de Septímio aparece como clímax do Império. Esta mesma concepção se repete em outro livro de Grant, *The Collapse and Recovery of the Roman Empire*, no qual o autor se utiliza das manifestações artísticas e dos monumentos erguidos no período para perceber a grandiosidade do mesmo (Grant, 1999).

<sup>(3)</sup> Esta preocupação também já havia aparecido em outra obra de Grant, *História de Roma*, de 1978, na qual os benefícios dados aos soldados aparecem como os responsáveis pelo colapso da economia imperial, mas o autor também se preocupa em ressaltar outras formas de se legitimar o poder imperial além da força militar (Grant, 1987: 305-312).

<sup>(4)</sup> Há autores, inclusive, que demonstram que o regime imperial sempre foi um regime militar. Tomemos como exemplo o livro *Roma: Vida Pública e*

Como relembra Sarolta A. Takács, em sua obra *The Construction of Authority in Ancient Rome and Byzantium: The Rhetoric of Empire*, as virtudes romanas tradicionais deveriam ser absorvidas e personificadas pelo Imperador, se este quisesse se revestir de autoridade e legitimidade na condução dos negócios públicos. E o comportamento virtuoso adviria da conquista da glória (*gloria, fama, existimatio*) e de sua inscrição na memória romana. A política e a moralidade andavam de mãos dadas na manutenção do poder em Roma (Takács, 2009:19). E glória e fama se conquistavam primordialmente pela execução de atividades militares e sua posterior divulgação, por meio de todos os suportes existentes, como discursos de louvor, construções de obras públicas, inscrições epigráficas, cunhagem de moedas, entre outros. Como indica Herodiano:

"Querendo ganhar fama que não se limitasse a uma vitória civil contra exércitos romanos - vitória que o envergonhava celebrar como um triunfo - e desejando levantar troféus por seus êxitos frente aos bárbaros, apresentou como pretexto a amizade de Barsemio, rei de Hatra, com Nigro e Severo iniciou uma campanha contra o Oriente" (Herodiano, *História do Império Romano após Marco Aurélio*, III. 9.1).

*Vida Privada*, de Pedro Paulo Abreu Funari: "De qualquer forma, a estratégia de exercício de poder dos imperadores baseava-se, desde Augusto, na idéia de ocupar cargos tradicionais e, a partir dessa base legal, governar. Assim, a sucessão não era hereditária, pois não havia propriamente uma realeza de sangue. Era, antes, uma espécie de regime militar, pois os imperadores deviam ser generais e o poder não era de uma família, mas dos generais. Isso explica que a sucessão fosse baseada na adoção do futuro imperador. Este não era, necessariamente, parente do imperador e devia ser, como regra geral, um comandante militar" (Funari, 1993:25). Em outro livro, Funari cita a obra de Martin Goodman, *Roman World*. Nela, Goodman chama o Império Romano de autocracia militar, visto que a função do exército, mais do que defender o Império de ataques externos, consistia em reprimir a dissidência interna, pois era sua presença que garantia o poder romano no interior das fronteiras do Império. Goodman chega a dizer que "o Império era controlado pelo terror" das armas (Funari, 2001: 92-93). Mas Funari demonstra, na continuidade do texto, que o exército não servia apenas para a conquista e manutenção dos domínios territoriais romanos, nem como uma "polícia" interna, mas também assumia funções administrativas e económicas, repensando as colocações de Goodman.

O mesmo desejo de glória aparece descrito na obra de Dion Cássio: "Severo, com o desejo de conquistar a glória, empreendeu uma campanha contra os bárbaros - os osroenos, os adiabenos e os árabes" (Dion Cássio, *História Romana*, LXXV.1.1).

Lembremos que Lúcio Septímio Severo chegou ao comando imperial após uma guerra civil que se estendeu de 193 a 197 d.C., durante a qual enfrentou generais que também haviam sido aclamados Imperadores por suas tropas. Referimo-nos a Pescênio Nigro e Clódio Albino. Este tipo de luta interna não garantia a concessão de glória. Assim, era necessário que Septímio realizasse alguma proeza militar externa, dirigida a algum povo ainda não totalmente dominado pelos romanos, para inserir seu nome no círculo de governantes capazes de serem lembrados por seus sucessos bélicos.

Como inferem Beate Dignas e Engelbert Winter, em sua obra *Rome and Persia in Late Antiquity: Neighbours and Rivals*, na relação mantida entre romanos e partos, podemos identificar a visão estereotipada do oriental como o outro, o exótico, o diferente da tradição ocidental (Dignas; Winter, 2007: 2). Deste modo, pode-se perceber no parto a alteridade fundamental para a criação da identidade romana. Por isso, trata-se de uma relação permeada por negociações e empresas bélicas, da formação dos Arsácidas, por volta de 250 a.C., até a tomada do poder pelos Sassânidas, em 224 d.C.

No final do período republicano, quando os romanos buscavam o domínio sobre terras orientais, uma batalha perdida marcou o imaginário romano para sempre: a Batalha de *Carrhae*. Combatida e desastrosamente perdida em 53 a.C. por Marco Crasso (membro do Primeiro Triunvirato, junto com Cneu Pompeu e Julio César), a batalha colocou em lados opostos os romanos e os partos, sob as ordens do general parto Surenas e do rei Orodes Arsácidas. Esta batalha nos é relatada por Plutarco, na *Vida de Crasso*, parte integrante de suas *Vidas Paralelas*.

Segundo Plutarco, a expedição de Crasso contra os Partos foi uma grande tragédia (*Vida de Crasso*, 33), marcada pelo principal defeito deste romano: sua cupidez, sua avidez por riquezas (*Vida de Crasso*, 2). Após controlar a insurreição dos gladiadores de Cápua, cujo líder foi Espártaco (74 d.C.) (*Vida de Crasso*, 8), Crasso recebeu do Senado o controle sobre a Síria e passou a sonhar com os caminhos traçados por Alexandre Magno, todos os tributos, riquezas e pilhagens que podiam ser conquistados se o território sob domínio dos romanos fosse expandido

até a Índia. Para se chegar até lá era necessário passar pelo território dos partos, povo que nem sempre aceitava a interferência romana em seus assuntos internos. Ainda, segundo Plutarco:

"A lei romana sobre as províncias não fazia menção a necessidade de uma guerra pártica, mas todos sabiam que Crasso andava obcecado por esta idéia. O próprio César, da Gália, escreveu-lhe uma carta aprovando o projeto e incitando Crasso à guerra. O tribuno da plebe Ateio tentou opor-se à sua partida, apoiado por muitos descontentes que não viam razão em hostilizar um povo inocente de qualquer falta contra Roma e a esta ligado por tratados." (*Vida de Crasso*, 16).

Assim, as batalhas a serem travadas contra os partos aparecem, no relato plutarqueano, como decisões individuais de Crasso, baseadas em sua busca de riqueza. A guerra parecia desde o início fadada à desgraça, pois vários prodígios indicavam que a mesma não contava com o apoio das divindades. Antes mesmo da saída de Crasso da cidade de Roma, Ateio correu para os portões, acendeu um altar e procedeu a fumações e libações para finalmente abrir-se em imprecações terríveis contra a guerra, feitas para divindades romanas e estrangeiras:

"Afirmam os romanos que essas imprecações antigas e misteriosas possuem tamanha eficácia que ninguém que delas seja objeto pode escapar-lhes, e que trazem desgraça também para aqueles que as proferem, razão pela qual raramente são empregadas, e nunca levianamente. Censura-se a Ateio ter nessa ocasião lançado sobre a própria cidade, em nome da qual se indignava contra Crasso, semelhantes imprecações e tamanho terror religioso" (*Vida de Crasso*, 16).

Alem disso, o mar estava bravio e várias naus se perderam. Chegando a Brundisio, Crasso cruzou o rio Eufrates e passou a organizar a tomada de Zenodotia, na Mesopotâmia, cidade por ele pilhada, cujos habitantes foram vendidos como escravos, pois, ao contrário de outras cidades, seus cidadãos se recusaram a se render voluntariamente aos romanos (*Vida de Crasso*, 17). Deste modo, Crasso aumentava seu patrimônio, o de seus soldados e a riqueza de Roma, alem de politicamente se mostrar um feliz general e travar alianças no Oriente, por onde passavam importantes rotas comerciais. Ao invés de ocupar as estratégicas cidades de Babilônia e Seleucia, eternamente hostis aos partos, que como os

romanos buscavam aliados no Oriente, ele preferiu ocupar novas cidades na Síria, por motivos mais económicos que militares, segundo Plutarco (*Vida de Crasso*, 17).

Os partos tentaram lhe enviar embaixadores, propondo um acordo, mas Crasso preferiu continuar se preparando para a invasão da Pártia. Os sinais divinos contrários à empreitada também continuaram. Ao visitar o templo de Afrodite em Hierápolis, Públio Crasso, filho de Marco Crasso, escorregou diante da porta e seu pai acabou caindo sobre ele (*Vida de Crasso*, 324). Ao passar pela margem do rio Eufrates, na cidade síria de Zeugma, trovões repetidos produziram um terrível barulho. Quando oferecia o sacrifício expiatório habitual, deixou cair as entranhas das vítimas que o adivinho lhe estendia (*Vida de Crasso*, 19). Mesmo assim, Crasso continuou a marcha, contando com sete legiões e um corpo auxiliar formado por cavaleiros que haviam lutado sob ordens de seu filho nas batalhas de César na Gália.

Um chefe tribal árabe, de nome Abgar, convenceu Crasso a se afastar das margens do rio e a enveredar por uma ampla planície, na qual as tropas romanas foram atacadas pelos arqueiros e pelos cavaleiros partos. Os romanos ficaram atónitos ao terem que lutar em areas profundos, planuras sem vegetação e sem água. Os partos faziam grande algazarra, tocando tambores ociosos cobertos de pele com martelos de bronze, com os quais produziam sons surdos e assustadores, observando que a audição era, de todos os sentidos, aquele que mais intensamente perturba a alma, provoca as emoções mais imediatas e põe o espírito fora de si (*Vida de Crasso*, 23).

Acostumados a lutarem contra gauleses nus, as armas romanas não conseguiam perfurar as couraças partas, que protegiam homens e cavalos. Ao contrário, as flechas partas partiam todas as armaduras romanas. O movimento dos cavaleiros partos, em volta das tropas romanas dispostas num grande retângulo, levantava massas de areia que impediam os romanos de ver e gritar. Públio Crasso foi morto, sua cabeça foi cortada e exibida na ponta de uma lança. Marco Crasso e seus homens entraram em pânico e resolveram fugir. Foram, então, atacados pelas costas, por um artifício chamado a partir deste momento de "flechas partas". Os poucos que sobraram resolveram fugir à noite do acampamento, deixando para trás os feridos. Crasso partiu na escuridão, pois sendo acima de tudo arqueiros, os partos precisavam da luz do sol para combater. Foi acolhido junto com os sobreviventes na cidade de Carras, de onde também fugiu

à noite, tendo à frente Andrômaco, que a pedido dos partos jogou os romanos na região dos pântanos profundos.

Crasso acabou se rendendo aos partos. Surenas declarou que a partir daquele momento havia trégua e paz entre o rei Orodes, que havia aproveitado o confronto com os romanos para atacar a Arménia, e os romanos, mas que seria necessário avançar até o rio para pôr o acordo por escrito, "uma vez que vós, romanos, não tendes boa memória no que diz respeito a tratados" ( *Vida de Crasso*, 31). Quando Crasso montou o cavalo para acompanhar Surenas, um parto chamado Exatres o matou, cortando-lhe a cabeça e a mão direita, enviadas ao rei Orodes. Segundo Plutarco, foi uma das piores derrotas dos romanos, com vinte mil mortos e dez mil prisioneiros, num momento em que estes se cobriam de vitórias.

Desta forma, não deve ser de estranhar que empreender guerras aos partos se revestia de um sabor especial para os romanos. Além de ser uma terra rica, de cidades antigas e pela qual passavam grandes rotas comerciais, a Pártia havia sido conquistada pelo macedônio Alexandre, em seu caminho para a Índia, o modelo preferencial dos Imperadores romanos do Alto Império, e havia uma boa justificativa para empreender este combate, pois sempre se poderia vingar a derrota sofrida no passado. A Pártia era símbolo de uma Ásia remota e nunca completamente dominada nem mesmo por Alexandre (Brizzi, 2003:119). Acrescente-se que os romanos no Alto Império, com a diminuição das conquistas territoriais, buscaram fortalecer o *limes* com barreiras naturais como cadeias de montanhas e rios (Ferrill, 1989: 30). Portanto, dominar as regiões próximas aos rios Tigre e Eufrates se convertia numa empresa de defesa, mais do que de ataque.

Lembremos também que os partos haviam, com o reinado de Arsácias I (247 a 217 a.C.), derrotado os Selêucidas, vistos como os herdeiros de Seleuco, um dos diádocos de Alexandre. Desta forma, podemos inferir que os partos eram vistos como aqueles que teriam afastado os ecos da civilização do Oriente, para um povo como o romano que via na cultura grega a base do pensamento civilizado. Com isso, cria-se no imaginário romano aquilo que Norbert Elias, em seu livro *Os Estabelecidos e os Outsiders*, percebeu como "a tendência de um grupo a estigmatizar outro" no processo de criação de identidades (Elias / Scotson, 2000: 23). Na imagem de povo que destacava a *humanitas* na relação com os povos conquistados, como salienta Paul Veyne, os romanos enfatizavam sua tarefa de levar a ordem, a lei e a disciplina aos que não a possuíam

(Veyne, 1991: 293), e os partos eram vistos como um povo que requeria uma vigilância constante (Wolski, 1988: 9).

Deste modo, não é de se estranhar que os Severos travassem batalhas contra os partos. Septímio se dizia o continuador dos Antoninos, que também haviam enfrentado os partos. Severo mudou o nome de seu filho mais velho, Bassiano, para Marco Aurélio Antonino (196 d.C.) e se proclamou filho de Marco Aurélio e irmão de Cômodo (197 d.C.), realizando uma adoção ao contrário (Palmer, 1978:1086). Caracala recebeu o título de *imperator destinatus* em troca do apoio que deu ao pai nas batalhas travadas no Oriente (197 d.C.). No bojo destes acontecimentos, Septímio mandou gravar em algumas epígrafes o epíteto de *divo Nerva atavo*, vinculando-se por meio deste expediente não somente a Marco, mas a toda dinastia antonina. Para J. Rufus Fears, Septímio buscou apoiar suas pretensões dinásticas no *nomem antoninorum*, comparando a noção *nomem* com aquela de *numem*, como se a utilização do nome dos Antoninos em si fosse capaz de garantir a continuidade da paz e da prosperidade pelos deuses (Fears, 1977: 278).

A guerra de Trajano contra os partos, travada entre 114 e 117 d.C., pode ser interpretada como uma tentativa de criar uma fronteira mais forte pela presença de barreiras naturais (rios Tigre e Eufrates), como aponta Edward N. Luttwak (1997:146). Mas, além disso, revestia-se de outras cores. A região próxima à Pártia era repleta de "estados-clientes" de Roma, isto é, regiões ou cidades que se mantinham relativamente autônomas se respeitassem os acordos feitos com os romanos, que tinham que apoiar seus soberanos. Qualquer troca de chefes sem o acordo de Roma era encarada como declaração de guerra aos romanos.

Em 113 d.C., Chosroes, rei dos partos desde 110 d.C., havia promovido uma troca de reis na Arménia, "estado-cliente" de Roma. Axidares, que contava com o apoio dos romanos, foi substituído no poder arménio por Parthamasiris, da família dos Arsácidas, reinante na Pártia. Em 114 d.C., legiões romanas, tendo Trajano à frente, invadiram a Arménia e a Mesopotâmia. Parthamasiris depositou seu diadema real aos pés de Trajano e pediu o aceite de Roma ao seu poder na Arménia. Todavia, Trajano percebeu que tal ato fortalecia por demais o poder dos partos sobre o Oriente e as legiões romanas acabaram por invadir e ocupar Ctesifonte, capital parta, promovendo a fuga do monarca e se apossando do trono de ouro do rei dos partos. Atacaram também a região de Adiabene (Assíria) e criou-se a província da Mesopotâmia/

/ Assíria (Eutropio, *Breviario de História Romana*, VIII. 3.2 e 6.2 e Dion Cássio, *Historia Romana*, LXVIII.18.3 e 19.2), com a intenção de tributar as cidades da região recém-conquistada e controlar as rotas comerciais que vinham da Índia. Antes de partir, Trajano coroou Parthamaspates rei dos partos e passou a considerar a Pártia como um "estado-cliente" romano. Ao retornar desta empreitada, Trajano morreu na Cilícia. As novas terras conquistadas se rebelaram, e seu sucessor, Adriano, preferiu abandonar as novas províncias, não sem antes refazer seus tratados com a Arménia e a região de Osroene, que considerava mais ricas e interessantes para os romanos.

Dion Cássio afirma que as batalhas de Trajano contra os partos foram uma empresa motivada simplesmente pelo seu desejo de glória (Dion Cássio, *História Romana*, LXVIII.17.1). Contudo, parece-nos que Trajano queria, ao atacar os partos, garantir a predominância de Roma sobre os "estados-clientes" orientais, cuja ascendência disputava com os partos, proteger a recém empreendida conquista da Dácia com uma fronteira natural fluvial e se aproximar dos grandes feitos alexandrinos, mesmo tendo mais de sessenta anos de idade. Joel Le Gall e Marcel Le Glay defendem que a opinião pública romana, feliz com a conquista da Dácia, teria feito pressão sobre o Imperador para aproveitar a empreitada e eliminar o perigo pártico, povo visto como detentor de costumes exóticos e de mentes traiçoeiras (Le Gall / Le Glay, 1989: 432-433).

Os partos atacaram "estados-clientes" romanos em 161-162 d.C., já no governo colegiado de Marco Aurélio e Lúcio Vero. O rei Vologeso III invadiu a Arménia e a Síria, procurando expandir os domínios territoriais partos. Foi o próprio Lúcio Vero quem foi à frente das legiões romanas enviadas para combater mais uma vez os partos. Novamente, Ctesifonte foi invadida, pilhada e destruída, mas a região permaneceu fora do *limes*, pois os partos aceitaram assinar um acordo no qual devolviam as regiões conquistadas previamente e entregavam aos romanos a cidade de Doura-Europos (166 d.C.). A cidade de Carras, de tão má lembrança para os romanos, foi reduzida à condição de colónia. Além disso, uma peste dizimou boa parte das legiões que estavam no Oriente e os Quados e Marcomanos atacaram a região do Reno-Danúbio. A ameaça parta permaneceu, assim, esporádica.

Quando começou o ataque a Nigro, Severo enviou cartas pedindo o apoio dos reis da Arménia, de Hatra e da Pártia. O rei arménio acusou neutralidade; o rei de Hatra enviou um grupo de arqueiros para apoiar



Severo; e o rei dos partos pediu tempo para reunir um exército, tentando na realidade se esquivar da luta (Herodiano, *Historia do Império Romano após Marco Aurélio*, III.1.1). Severo considerou isso uma traição. Com a justificativa de perseguir os amigos de Nigro, que haviam fugido junto com ele em direção ao território parto (194 d.C.), Severo, sem atacar diretamente os partos, quis restabelecer a autoridade junto aos sírios, árabes e mesopotâmicos, que tinham aproveitado a desorganização imperial causada pelas guerras civis para se revoltarem. Como afirma Aristide Calderini, Severo quis empreender uma expedição punitiva contra soberanos e cidades orientais que haviam apoiado, direta ou indiretamente, Nigro: partos, armênios, adiabenos, osroenos, árabes (Calderini, 1949: 59).

Apesar de chamar a expedição de pártica, Septímio e suas legiões atacaram as regiões de Osroene e de Adiabene, limítrofes com a Pártia, seguindo os passos de Trajano, anexando-as. A invasão foi feita no período menos propício e, pelo fato dos rios estarem vazios, vários barcos tiveram que ser carregados nas costas pelos soldados, seguindo-se as margens dos rios. Mas, para Dion Cássio, Severo estava protegido pelas divindades, pois, assim que ele ingressou no seco território oriental, um grande temporal atingiu suas legiões, que puderam fazer um suprimento de água (Dion Cássio, *História Romana*, LXXV.2.1).

Segundo Herodiano, com os soldados de Nigro, os partos e seus vizinhos aprenderam melhores técnicas de combate corpo a corpo, a se cobrirem com armamento completo e a fazer armas com tecnologia romana, o que os tornava muito mais perigosos em termos militares (Herodiano, *História do Império Romano após Marco Aurélio*, III. 4.7-9).

Severo teve que retornar a Roma rapidamente quando, em 196 d.C., Clódio Albino se fez proclamar Imperador na Bretanha, descontente de ter sido afastado da sucessão imperial pelo título de *Imperator Destinatus* concedido a Caracala após as batalhas no Oriente. Com a eliminação de Albino em 197 d.C. e a reorganização das fronteiras no Ocidente, Septímio estava livre para consolidar a fronteira oriental, da qual tinha saído apressadamente. O próprio Príncipe capitaneou a invasão da Pártia. O rei parta Vologeso IV fugiu ao ser informado da entrada das legiões severianas em seu território, permitindo que Severo e seus soldados pilhassem Ctesifonte mais uma vez, em 197 d.C.. Por isso e pelo fato de boas correntes marítimas terem conduzido os barcos de Severo até Ctesifonte, Herodiano afirma que foi mais por sorte do que por estratégia

que foi celebrada a vitória contra os partos (Herodiano, *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, III. 9.12).

No ano seguinte, Severo recebeu do Senado os títulos de *Parthicus Maximus*, *Arabicus* e *Adiabenicus*, e após as operações bélicas proclamou Caracala *Augusto* e Geta *César* (Geta só viria a se tornar *Augusto* em 209 d.C.). Com esta vitória, Severo havia consolidado a fronteira oriental nos limites naturais impostos pelos rios Tigre e Eufrates, recriando a província da Mesopotâmia/Assíria, implantada anteriormente por Trajano. Voltou, então, para a região mesopotâmica para tentar conquistar Hatra por duas vezes, sem sucesso.

Destarte, como ressalta Dion Cássio, Severo não acreditou ser oportuna a conservação da conquista, visto que a expedição havia sido mais punitiva que de conquista e havia perdido um contingente muito grande de homens para ter que deixar muitas tropas tomando conta dos territórios recém-conquistados (Dion Cássio, *História Romana*, LXXV. 9.4 e 12.1). Tanto que ele deixou apenas as legiões I e III Párticas na Mesopotâmia, e retornou junto com a II Pártica para Roma. Como ressalta R. E. Smith, tal como Augusto e Adriano, Septímio baseou sua estratégia de fronteiras mais na defesa do que no ataque (Smith, 1972: 485). Para Zeev Rubin, as duas campanhas severianas contra os partos serviram também a propósitos propagandistas que não podem ser esquecidos (Rubin, 1975: 420), pois Septímio encontrava-se em fase de consolidação de seu poder à frente dos romanos e dos povos por eles conquistados, e uma vitória sobre os inimigos mais tradicionais poderia confirmar a imagem de protegido das divindades, enfatizada por Severo. Lembremos que Herodiano nos conta que, após a conquista de Ctesifonte, Severo mandou para o Senado de Roma as notícias de suas grandes vitórias acompanhadas de pinturas que ilustravam e divulgavam os grandes feitos bélicos, as quais foram expostas no Fórum antes de seu retorno do Oriente (Herodiano, *História do Império Romano após Marco Aurélio*, III. 9.12). Por isso, autores como Luisa Franchi, defendem que os relevos que adornam o arco, que foi dedicado a Septímio pelo Senado em 203 d.C., foram produzidos inspirando-se nestas pinturas enviadas por Severo (Franchi, 1960: 32).

Os partos nunca se expandiram além da Síria e da Capadócia, mas sempre incomodaram os romanos, pois permaneceram sendo, até o III século d.C., a única potência com uma certa importância no Oriente, capaz de incomodar os "estados-clientes" de Roma. Desde que Pompeu,

em 64 a.C, estabeleceu a província da Síria, o reino parta se transformou no vizinho mais temido dos romanos (Dignas/Winter, 2007: 12), dos quais sempre quiseram se vingar após a derrota de Crasso.

Nas obras do IV século d.C., aparecem referências a estas expedições páticas praticadas por Severo (Eutrópio, *Breviário de História Romana*, XVIII. 1.4 - Severo - e XX, 1.1 - Caracala). Por exemplo, Aurélio Victor indica que Severo demonstrou que era um general *felix* e sábio ao combater os partos e um bom administrador ao não tributar os adiabenos, percebendo que suas terras eram por demais estéreis devido à secura do seu território (Aurélio Victor, *História dos Césares*, XX). Já na *História Augusta*, ressalta-se que após vencer os partos, Severo recebeu do Senado o direito de realizar um triunfo, mas declinou, pois não poderia se manter de pé durante todo o ritual, devido aos males que sua gota lhe causava (*História Augusta*, Vida de Severo, XVI).

Portanto, as incursões de Severo nas terras partas buscaram garantir a soberania romana no Oriente, além de enriquecer o *aerarium* com as pilhagens, agradar os soldados, demonstrar a coragem e a capacidade estratégica do Príncipe e fortalecer os laços de Roma com seus "estados-clientes". Conseguiu também inscrever seu nome na memória romana entre aqueles que pretenderam fortificar as fronteiras e vingar os romanos de desastres bélicos do passado. Ao vencer os partos, apresentados como a alteridade dos romanos, Septímio recebeu inúmeras honras, fomentando a coesão entre vários segmentos sociais em torno do Príncipe, garantindo legitimidade para o seu poder e enfatizando a identidade idealizada romana de povo sempre vencedor.

## Bibliografia

### A) Documentos Textuais

*Dio's Roman History*, English translation by Earnest Cary. London, William Heinemann, 1961, vol. 9 (The Loeb Classical Library).

EUTROPE, *Abrégé de l'Histoire Romaine*. Traduction et introduction par Maurice Rat. Paris, Garnier, 1990.

HÉRODIEN, *Histoire de l'Empire Romain après Marc-Aurèle*. Traduit et commenté par Denis Roques. Paris, Les Belles Lettres, 1990.

PLUTARCO, *Vidas Paralelas*. Tradução de Gilson César Cardoso. São Paulo, Paumape, 1991, vol. 3.

SEXTUS AURELIUS VICTOR, *Histoire des Césars*. Traduit par Pierre Dufraigne. Paris, Les Belles Lettres, 1975.

*The Scriptores Historiae Augustae*, English translation by David Magie. London, William Heinemann, 1953, vols. 1 e 2 (The Loeb Classical Library).

B) Obras Gerais

BIRLEY, E., "Septimius Severus and the Roman Army", em *The Roman Army*. Amsterdam, J. C. Gieben, 1988, pp. 197-214.

BLOCH, R. / COUSIN, J., *Roma e seu Destino*, Lisboa, Cosmos, 1967.

BRIZZI, G., *O Guerreiro, o Soldado e o Legionário*, São Paulo, Madras, 2003.

CALDERINI, A., *I Severi*, Bologna, Licinio Cappelli, 1949.

CEULENEER, A., *Essai sur la Vie et le Règne de Septime Sévère*, Liège, Université de Liège, 1874.

DIGNAS, B. / WINTER, E., *Rome and Pérsia in Late Antiquity: Neighbours and Rivals*, Cambridge University Press, 2007.

ELIAS, N. / SCOTSON, J. L., *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FEARS, J. R., *Princeps a Diis Electus: The Divine Election of the Emperor as a Political Concept at Rome*, Rome, American Academy in Rome, 1977.

FERRILL, A., *A Queda do Império Romano: A Explicação Militar*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

FORQUET de DORNE, C., *Les Césars Africains et Syriens et l'Anarchie Militaire*, Roma, L'Erma di Bretschneider, 1970.

FRANCHI, L., *Ricerche sull'Arte di Età Severiana in Roma*, Roma, L'Erma di Bretschneider, 1960.

FUNARI, P. P. A., "Memória Histórica e Cultura Material", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 25/26, 1993, pp. 17-32.

*Idem*, *Grécia e Roma*, São Paulo, Contexto, 2001.

GABBA, E., *Per la Storia dell'Esercito Romano in Età Imperiale*, Bologna, Patron, 1974.

GIBBON, E., *Declínio e Queda do Império Romano*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GOODMAN, M., *Roman World*, London, Routledge, 1997.

GRANT, M., *The Climax of Rome*, London, Phoenix, 1997.

*Idem*, *The Severans*, London, Routledge, 1996.

- Idem*, *The Collapse and Recovery of the Roman Empire*, London, Routledge, 1999.
- LE BOHEC, Y., *L'Esercito Romano*, Roma, La Nuova Itália Scientifica, 1992.
- LE GALL, J./ LE GLAY, M., *L'Empire Romain*, Paris, PUF, 1989.
- LE ROUX, P, "L'Empereur et l'Armée Romaine", *Revue des Études Latines*, Paris, vol. 63,1987, pp. 42-49.
- LUTTWAK, E. N., *La Grande Strategia delT Impero Romano*, Roma, BUR, 1997.
- PALMER, R. E. A., "Severan Ruler-Cult and the Moon in the City of Rome", em *Aufstieg Niedergang Römischen Welt*, Berlin, vol. 2, η. 16, parte 2,1978, pp. 1088-1119.
- PIGANIOL, A., *Histoire de Rome*, Paris, PUF, 1949.
- PLATNAUER, M., *The Life and Reign of the Emperor Lucius Septimius Severus*, Oxford, University Press, 1918.
- RUBIN, Z. Dio, "Herodian and Severus" Second Parthian War", *Chiron*. München, n. 5,1975 pp. 419-441.
- SMITH, R. E., "The Army Reforms of Septimius Severus", *Historia*, Wiesbaden, vol. 21,1972 pp. 481-499.
- TAKÁCS, S. A., *The Construction of Authority in Ancient Rome and Byzantium: The Rhetoric of Empire*, Cambridge University Press, 2009.
- VEYNE, P, "Humanitas: Romanos e Não Romanos", em GIARDINA, A. (dir.), *O Homem Romano*, Lisboa, Presença, 1991, pp. 281-302.
- WEBSTER, G., *The Roman Imperial Army*, Norman, University of Oklahoma Press, 1985.
- WOLSKI, J., "Les Commencements de L'Empire Parthe", *Gerión*, Madrid, n. 6,1988, pp. 9-19.